

# SUMÁRIO

## LIVRO I INTRODUÇÃO E PARTE GERAL

### CAPÍTULO I CARACTERIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO .....	49
II. DEFINIÇÃO .....	49
III. DENOMINAÇÃO .....	52
IV. CONTEÚDO .....	55
V. FUNÇÕES .....	57
VI. ABRANGÊNCIA DA ÁREA JURÍDICO-TRABALHISTA .....	62
VII. DIVISÃO INTERNA DO DIREITO DO TRABALHO .....	63
Segmento em Destaque: Direito Internacional do Trabalho .....	65
VIII. CARACTERÍSTICAS DO DIREITO DO TRABALHO — SÍNTESE .....	66

### CAPÍTULO II AUTONOMIA E NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO .....	68
II. AUTONOMIA .....	68
III. NATUREZA JURÍDICA .....	71
IV. RELAÇÕES DO DIREITO DO TRABALHO COM OUTROS CAMPOS DO DIREITO ..	76
1. Relações com o Direito Constitucional .....	76
2. Relações com Princípios Gerais de Direito e de outros Ramos Jurídicos .....	77
3. Relações com o Direito Civil .....	79
4. Relações com o Direito Previdenciário (ou de Seguridade Social) .....	80
5. Direito do Trabalho e Direitos Humanos .....	81

### CAPÍTULO III ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO .....	83
II. ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO DIREITO DO TRABALHO — PROPOSIÇÕES METODOLÓGICAS .....	83
III. POSICIONAMENTO DO DIREITO DO TRABALHO NA HISTÓRIA .....	85

IV. PROCESSO DE FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO ..	88
V. FASES HISTÓRICAS DO DIREITO DO TRABALHO .....	93
1. Manifestações Incipientes ou Esparsas .....	95
2. Sistematização e Consolidação .....	95
3. Institucionalização do Direito do Trabalho .....	97
4. Crise e Transição do Direito do Trabalho .....	98
VI. MODELOS PRINCIPAIS DE ORDENS JURÍDICAS TRABALHISTAS .....	100
1. Parâmetros dos Modelos Justrabalistas Democráticos .....	101
A) Normatização Autônoma e Privatística .....	101
B) Normatização Privatística Subordinada .....	101
2. Parâmetros do Modelo Justrabalista Autoritário .....	102
3. Democracia e Normatização Estatal: reflexões complementares .....	103

#### CAPÍTULO IV ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL

I. INTRODUÇÃO .....	105
II. PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO BRASILEIRO .....	105
1. Manifestações Incipientes ou Esparsas .....	106
2. Institucionalização do Direito do Trabalho .....	109
Análise Comparativa .....	111
3. Crise e Transição do Direito do Trabalho .....	112
Transição Democrática Aliada à Crise do Ramo Jurídico .....	113
III. O MODELO JUSTRABALHISTA BRASILEIRO TRADICIONAL .....	116
1. Parâmetro Estatal-subordinado de Gestão Trabalhista .....	116
2. Modelo Justrabalista Brasileiro Tradicional: caracterização sociojurídica e reprodução histórica .....	119
IV. A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA JUSTRABALHISTA ....	120
1. Avanços Democráticos da Constituição de 1988 .....	121
A) Renovação da Cultura Jurídica Brasileira .....	122
B) A Carta de Direitos de 1988 .....	124
2. Contradições Antidemocráticas da Constituição de 1988 .....	125
Corporativismo <i>versus</i> Democracia .....	126
3. Transição Refreada: impasses constitucionais de 1988 .....	130
4. Modelo Justrabalista: transição ou continuidade? .....	132
V. DIREITO DO TRABALHO: AVALIAÇÃO HISTÓRICO-CONSTITUCIONAL MAIS DE DUAS DÉCADAS APÓS 1988 .....	133

#### CAPÍTULO V ORDENAMENTO JURÍDICO TRABALHISTA

I. INTRODUÇÃO .....	136
II. FONTES DO DIREITO: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO .....	136

1. Conceito .....	136
2. Classificação .....	137
A) Fontes Materiais .....	137
B) Fontes Formais .....	139
Heteronomia e Autonomia .....	140
III. FONTES FORMAIS JUSTRABALHISTAS: TIPOS JURÍDICOS .....	141
IV. FONTES HETERÔNOMAS DO DIREITO DO TRABALHO .....	142
1. Constituição .....	142
A) Sentido Material e Sentido Formal .....	143
B) Eficácia Jurídica da Constituição .....	144
a) Vertente Tradicional .....	145
b) Vertente Moderna .....	146
c) Análise Comparativa .....	148
C) Constituição: o desafio da efetividade .....	150
2. Lei (e Medida Provisória) .....	150
3. Tratados e Convenções Internacionais .....	152
4. Regulamento Normativo (Decreto) .....	154
5. Portarias, Avisos, Instruções, Circulares .....	155
6. Sentença Normativa .....	156
V. FONTES AUTÔNOMAS DO DIREITO DO TRABALHO .....	157
1. Convenção Coletiva de Trabalho e Acordo Coletivo de Trabalho .....	157
Aderência Contratual .....	160
2. Contrato Coletivo de Trabalho .....	162
3. Usos e Costumes .....	163
VI. FIGURAS ESPECIAIS .....	164
1. Figuras Justrabalhistas Especiais .....	165
A) Laudo Arbitral (Arbitragem) .....	165
B) Regulamento Empresarial .....	166
2. Outras Figuras Jurídicas Especiais .....	167
A) Jurisprudência .....	167
B) Princípios Jurídicos .....	169
C) Doutrina .....	170
D) Equidade .....	170
3. Referências Finais .....	172
A) Analogia .....	172
B) Cláusulas Contratuais .....	172
VII. HIERARQUIA ENTRE AS FONTES JUSTRABALHISTAS .....	173
1. Hierarquia Normativa: teoria geral .....	174
2. Hierarquia Normativa: especificidade justrabalhista .....	174
3. Aplicação da Teoria Especial Trabalhista .....	176
Acumulação <i>versus</i> Conglobamento .....	178

**CAPÍTULO VI**  
**PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO**

I. INTRODUÇÃO .....	181
1. Ciência e Princípios .....	182
2. Direito e Princípios .....	182
II. PRINCÍPIOS DE DIREITO: FUNÇÕES E CLASSIFICAÇÃO .....	184
1. Fase Pré-jurídica ou Política .....	184
2. Fase Jurídica .....	184
A) Princípios Descritivos (ou Informativos) .....	184
B) Princípios Normativos Subsidiários .....	185
C) Princípios Normativos Concorrentes .....	185
III. PRINCÍPIOS JURÍDICOS GERAIS APLICÁVEIS AO DIREITO DO TRABALHO — ADEQUAÇÕES .....	187
1. Princípios Gerais — adequações .....	188
2. Máximas e Brocardos Jurídicos .....	190
IV. PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS AO DIREITO DO TRABALHO .....	190
V. PRINCÍPIOS DE DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO .....	192
1. Núcleo Basilar de Princípios Especiais .....	193
A) Princípio da Proteção .....	193
B) Princípio da Norma Mais Favorável .....	194
C) Princípio da Imperatividade das Normas Trabalhistas .....	196
D) Princípio da Indisponibilidade dos Direitos Trabalhistas .....	196
E) Princípio da Condição Mais Benéfica .....	197
F) Princípio da Inalterabilidade Contratual Lesiva .....	198
Intangibilidade Contratual Objetiva .....	200
G) Princípio da Intangibilidade Salarial .....	201
H) Princípio da Primazia da Realidade sobre a Forma .....	202
I) Princípio da Continuidade da Relação de Emprego .....	203
2. Princípios Justrabalhistas Especiais Controvertidos .....	206
A) Princípio <i>in dubio pro operario</i> .....	206
B) Princípio do Maior Rendimento .....	208
VI. INDISPONIBILIDADE DE DIREITOS: RENÚNCIA E TRANSAÇÃO NO DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO .....	209
1. Diferenciação de Figuras .....	209
2. Extensão da Indisponibilidade .....	210
3. Requisitos da Renúncia e Transação .....	212
A) Renúncia .....	212
B) Transação .....	213

**CAPÍTULO VII  
INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO  
DO DIREITO DO TRABALHO**

I. INTRODUÇÃO .....	215
II. INTERPRETAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO .....	215
1. A Interpretação no Conhecimento Humano .....	215
2. A Interpretação no Direito .....	217
A) Interpretação na Fase de Construção da Norma .....	217
B) Interpretação do Direito Construído .....	218
3. Hermenêutica Jurídica .....	219
A) Distinções Relevantes .....	219
B) Função da Interpretação Jurídica .....	221
C) Tipologias da Interpretação Jurídica .....	223
a) Tipologia Segundo a Origem da Interpretação .....	223
b) Tipologia Segundo os Resultados da Interpretação .....	225
c) Tipologia Segundo os Métodos de Interpretação .....	225
D) Principais Métodos de Exegese do Direito .....	225
E) Sistemas Teóricos de Interpretação .....	228
a) Hermenêutica Tradicional .....	228
b) Escola Exegética Francesa .....	229
c) Escola Histórico-evolutiva .....	229
d) Escola da Interpretação Científica .....	229
e) Escola da Livre Investigação .....	230
f) Contraponto Avaliativo .....	230
F) Especificidade da Interpretação Justrabalhista .....	230
G) Hermenêutica Constitucional e Direito do Trabalho .....	232
III. INTEGRAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO .....	233
1. Conceituação .....	233
2. Tipos de Integração Jurídica .....	234
3. Procedimento Analógico .....	235
IV. APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO .....	236
1. Conceituação .....	236
2. Aplicação do Direito do Trabalho no Tempo .....	237
Princípio da Aderência Contratual .....	237
3. Aplicação do Direito do Trabalho no Espaço .....	240
Lei n. 11.962/2009 – impacto jurídico .....	241

**CAPÍTULO VIII  
PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO**

I. INTRODUÇÃO .....	242
II. DISTINÇÕES CORRENTES .....	244

1. Decadência <i>versus</i> Prescrição .....	244
2. Preclusão <i>versus</i> Prescrição .....	245
3. Perempção <i>versus</i> Prescrição .....	245
III. A DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO .....	246
IV. CAUSAS IMPEDITIVAS, SUSPENSIVAS E INTERRUPTIVAS DA PRESCRIÇÃO .	247
1. Causas Impeditivas e Causas Suspensivas .....	248
2. Causas Interruptivas .....	248
V. PRESCRIÇÃO TRABALHISTA: CAUSAS IMPEDITIVAS E SUSPENSIVAS .....	249
1. Fatores Tipificados .....	249
Critério da <i>Actio Nata</i> .....	250
2. Outros Fatores Atuantes .....	251
VI. PRESCRIÇÃO TRABALHISTA: CAUSAS INTERRUPTIVAS .....	251
VII. NORMAS ESPECÍFICAS À PRESCRIÇÃO TRABALHISTA .....	253
1. Prazos Prescricionais .....	254
A) Prescrição nos Contratos Urbanos .....	254
B) Prescrição nos Contratos Rurais .....	255
a) Prazo Diferenciado (Antes da EC 28/2000) .....	256
b) Unificação de Prazos (EC 28/2000) .....	257
C) Prescrição nos Contratos Domésticos .....	258
D) Prescrição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço .....	260
E) Prescrição em Ações Meramente Declaratórias .....	262
2. Termo Inicial de Contagem da Prescrição .....	263
A) Parcelas Oriundas de Sentença Normativa .....	263
B) Parcelas de Complementação de Aposentadoria .....	263
C) Prescrição Total e Prescrição Parcial .....	267
3. Arguição da Prescrição: legitimidade e momento .....	269
A) Legitimidade para Arguição .....	269
B) Momento Próprio para Arguição .....	270
a) Arguição na Fase de Conhecimento .....	270
b) Arguição na Fase de Liquidação e Execução .....	271
C) Decretação Automática pelo Juiz: ponderações .....	272
4. Prescrição Intercorrente .....	272
VIII. PRESCRIÇÃO: ESPECIFICIDADES TRABALHISTAS E NOVA COMPETÊNCIA AMPLIADA DA JUSTIÇA DO TRABALHO .....	274

**LIVRO II  
DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO**

**CAPÍTULO IX  
RELAÇÃO DE EMPREGO — CARACTERIZAÇÃO**

I. INTRODUÇÃO .....	279
Relação de Trabalho <i>versus</i> Relação de Emprego .....	279

II. CARACTERIZAÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO .....	281
1. Distinções na História do Direito .....	281
2. Critérios de Caracterização da Relação Empregatícia .....	283
A) Trabalho por Pessoa Física .....	284
B) Pessoaalidade .....	285
C) Não eventualidade .....	286
a) Eventualidade <i>versus</i> Não eventualidade: teorias .....	287
b) Trabalho Eventual: caracterização .....	290
D) Onerosidade .....	291
E) Subordinação .....	294
a) Conceito e Caracterização .....	294
b) Natureza da Subordinação .....	296
c) Dimensões da Subordinação: clássica, objetiva, estrutural .....	297
III. VALIDADE JURÍDICA DA RELAÇÃO DE EMPREGO: ELEMENTOS JURÍDICO-FORMAIS DO CONTRATO EMPREGATÍCIO .....	300
IV. NATUREZA JURÍDICA DA RELAÇÃO DE EMPREGO .....	302
1. Teorias Contratualistas Tradicionais .....	303
A) Teoria do Arrendamento .....	304
B) Teoria da Compra e Venda .....	304
C) Teoria do Mandato .....	305
D) Teoria da Sociedade .....	306
E) Contratualismo Tradicional: análise crítica .....	306
2. Teoria Contratualista Moderna .....	307
3. Teorias Acontratualistas .....	309
A) Teoria da Relação de Trabalho .....	310
B) Teoria Institucionalista .....	312
C) Acontratualismo: análise crítica .....	312

## CAPÍTULO X RELAÇÕES DE TRABALHO *LATO SENSU*

I. INTRODUÇÃO .....	314
II. EXCLUDENTE LEGAL DA FIGURA DO EMPREGADO — VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA .....	315
Servidores Irregulares .....	316
III. CONTRAPONTO ESTÁGIO <i>VERSUS</i> RELAÇÃO DE EMPREGO .....	317
1. Estágio — caracterização tradicional (Lei n. 6.494/1977) .....	318
A) Requisitos Formais .....	319
B) Requisitos Materiais .....	320

2. Estágio — nova caracterização (Lei n. 11.788/2008) .....	321
A) Requisitos Formais .....	323
B) Requisitos Materiais .....	328
3. Estágio: avaliação crítica .....	329
IV. CONTRAPONTO COOPERATIVA <i>VERSUS</i> EMPREGADO .....	331
1. Princípio da Dupla Qualidade .....	332
2. Princípio da Retribuição Pessoal Diferenciada .....	333
V. TRABALHO AUTÔNOMO .....	336
1. Prestação de Serviços e Empreitada .....	337
2. Pacto Autônomo e Risco Contratual .....	338
3. Pequena Empreitada: especificidade .....	339
VI. TRABALHO EVENTUAL .....	340
VII. TRABALHO AVULSO .....	342
Avulso Não Portuário: caracterização .....	344
VIII. TRABALHO VOLUNTÁRIO .....	347

## CAPÍTULO XI O EMPREGADO

I. INTRODUÇÃO .....	352
Empregado e Conteúdo de sua Prestação Principal .....	352
II. EMPREGADOS DE FORMAÇÃO INTELLECTUAL: TRATAMENTO JUSTRABALHISTA ..	353
Constituição de 1988 e Regulação de Profissões: compatibilização .....	354
III. ALTOS EMPREGADOS: SITUAÇÕES ESPECÍFICAS E TRATAMENTO JUSTRABALHISTA .....	354
1. Cargos ou Funções de Confiança ou Gestão: regra geral .....	355
A) Art. 62 da CLT (Antes da Lei n. 8.966/94) .....	355
B) Art. 62 da CLT (Após a Lei n. 8.966/94) .....	357
C) Efeitos do Cargo de Confiança .....	358
2. Cargos ou Funções de Confiança: especificidade bancária .....	360
3. Diretores Empregados .....	361
A) Diretor Recrutado Externamente .....	362
Contraponto de Vertentes .....	364
B) Empregado Eleito Diretor .....	364
4. Socioempregado: hipóteses jurídicas .....	365
A) Incompatibilidade de Figuras .....	366
B) Assimilação de Figuras .....	367
C) Regra Geral: compatibilidade de figuras jurídicas .....	367
D) Sociedade como Simulação .....	368



IV. EMPREGADO DOMÉSTICO .....	369
1. Definição .....	369
2. Estrutura da Relação Empregatícia Doméstica .....	370
A) Elementos Fático-jurídicos Gerais .....	370
Relação de Emprego entre Cônjuges ou Companheiros .....	371
B) Elemento Fático-jurídico da Não eventualidade .....	372
C) Elementos Fático-jurídicos Especiais .....	374
a) Finalidade Não lucrativa dos Serviços .....	374
b) Prestação Laboral à Pessoa ou Família .....	376
c) Âmbito Residencial de Prestação Laborativa .....	377
3. Direitos Trabalhistas Estendidos aos Domésticos .....	378
4. Parcelas Trabalhistas Controvertidas .....	381
A) Férias Anuais Remuneradas .....	381
B) Licença-paternidade e Licença-gestante .....	382
C) Garantia de Emprego à Gestante .....	383
D) Aviso-Prévio Proporcional .....	384
5. Peculiaridades Rescisórias .....	387
V. EMPREGADO RURAL .....	388
1. Evolução Jurídica .....	388
A) Fase de Restrição de Direitos .....	389
B) Aproximação de Situações Jurídicas .....	389
C) Fase Contemporânea: diferenciações tópicas .....	390
Unificação do Prazo Prescricional .....	391
2. Caracterização do Empregado Rural .....	392
A) Antigo Critério Celetista .....	393
B) Critério Hoje Prevalente .....	393
C) Elementos Fático-jurídicos Especiais .....	394
a) Enquadramento Rurícola do Empregador .....	394
b) Imóvel Rural ou Prédio Rústico .....	395
3. Caracterização do Empregador Rural .....	396

## CAPÍTULO XII O EMPREGADOR

I. INTRODUÇÃO .....	399
Definição da CLT: análise crítica .....	399
II. EMPREGADOR-CARACTERIZAÇÃO .....	400
1. Despersonalização .....	401
2. Assunção dos Riscos (Alteridade) .....	402
Atenuações do Risco Empresarial .....	404
3. Empresa e Estabelecimento .....	405

III. GRUPO ECONÔMICO PARA FINS JUSTRABALHISTAS .....	406
1. Definição .....	406
2. Objetivos da Figura .....	406
3. Caracterização do Grupo Econômico .....	407
A) Abrangência Objetiva .....	407
B) Abrangência Subjetiva .....	407
C) Nexu Relacional Interempresas .....	409
4. Solidariedade Resultante do Grupo Econômico .....	410
A) Solidariedade Exclusivamente Passiva .....	411
B) Solidariedade Passiva e Ativa: empregador único .....	412
5. Aspectos Processuais .....	413
IV. SUCESSÃO DE EMPREGADORES .....	414
1. Definição e Denominação .....	414
2. Sucessão Trabalhista: caracterização .....	415
A) Situações-tipo Tradicionais de Sucessão .....	416
B) Situações-tipo Novas de Sucessão .....	417
3. Requisitos da Sucessão Trabalhista .....	418
A) Transferência de Unidade Econômico-jurídica .....	418
Título Jurídico da Transferência .....	419
B) Continuidade na Prestação Laborativa .....	421
C) Situações-tipo Novas de Sucessão: requisitos .....	421
4. Fundamentos da Sucessão Trabalhista .....	422
A) Fundamentação Doutrinária .....	422
B) Fundamentação Legal .....	423
5. Abrangência da Sucessão Trabalhista .....	423
Restrições Tópicas à Sucessão .....	424
6. Efeitos da Sucessão Trabalhista .....	426
A) Posição Jurídica do Sucessor Empresarial .....	427
Cláusula de Não responsabilização .....	427
B) Posição Jurídica do Empregador Sucedido .....	428
C) Insurgência Obreira Contra a Sucessão .....	429
7. Natureza Jurídica da Sucessão Trabalhista .....	430
A) Figuras Civilistas Clássicas .....	431
B) Singularidade Trabalhista .....	432
V. CONSÓRCIO DE EMPREGADORES .....	432

### CAPÍTULO XIII TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA

I. INTRODUÇÃO .....	435
Evolução Histórica no Brasil .....	436

<b>II. NORMATIVIDADE JURÍDICA SOBRE TERCEIRIZAÇÃO .....</b>	<b>437</b>
1. Legislação Heterônoma Estatal .....	438
A) Decreto-Lei n. 200/67 e Lei n. 5.645/70 .....	439
B) Lei n. 6.019/74 e Lei n. 7.102/83 .....	440
C) Parágrafo único do art. 442, CLT — cooperativas .....	440
D) Outras Referências Legais .....	441
2. Constituição de 1988 .....	445
3. Jurisprudência Trabalhista .....	446
<b>III. TERCEIRIZAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO E EFEITOS JURÍDICOS .....</b>	<b>448</b>
1. Terceirização Lícita e Ilícita .....	448
A) Terceirização Lícita: situações-tipo .....	449
B) Ausência de Pessoalidade e Subordinação Diretas .....	450
C) Terceirização Ilícita .....	451
2. Efeitos Jurídicos da Terceirização .....	451
A) Vínculo com o Tomador de Serviços .....	452
B) Isonomia: salário equitativo .....	452
<b>IV. ESPECIFICIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....</b>	<b>455</b>
<b>V. TERCEIRIZAÇÃO ATRAVÉS DA LEI N. 6.019/74 .....</b>	<b>459</b>
1. Trabalho Temporário: caracterização .....	459
2. Hipóteses de Pactuação .....	461
3. Formalidades e Prazos .....	462
4. Direitos da Categoria Temporária .....	463
5. Trabalho Temporário e Salário Equitativo .....	465
<b>VI. TERCEIRIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE .....</b>	<b>466</b>
Responsabilização de Entidades Estatais Terceirizantes .....	467
<b>VII. ASPECTOS PROCESSUAIS .....</b>	<b>470</b>
1. Competência .....	470
2. Litisconsórcio Passivo .....	471
<b>VIII. UM RELEVANTE DEBATE: CONTROLE CIVILIZATÓRIO DA TERCEIRIZAÇÃO ...</b>	<b>472</b>
1. Terceirização e Não Discriminação Remuneratória — salário equitativo .....	473
2. Terceirização e Responsabilidade Trabalhista .....	476
3. Terceirização e Atuação Sindical .....	478
4. Século XXI — outros controles pertinentes .....	480

#### **CAPÍTULO XIV** **RESPONSABILIDADE POR VERBAS TRABALHISTAS**

<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>488</b>
<b>II. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR E ENTES DO GRUPO ECONÔMICO ..</b>	<b>488</b>

III. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO .....	488
IV. RESPONSABILIDADE PELO TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTROS TIPOS DE TERCEIRIZAÇÃO .....	488
V. RESPONSABILIDADE DO SUBEMPREGATEIRO .....	490
VI. RESPONSABILIDADE DO DONO DA OBRA (OU TOMADOR DE SERVIÇOS) .....	491
1. Situações de Não Responsabilização .....	492
2. Situações de Responsabilização .....	493
VII. RESPONSABILIDADE NOS CONSÓRCIOS DE EMPREGADORES .....	497

## **CAPÍTULO XV CONTRATO DE TRABALHO — CARACTERIZAÇÃO, MORFOLOGIA E NULIDADES**

I. INTRODUÇÃO .....	500
II. ASPECTOS CONCEITUAIS DO CONTRATO DE TRABALHO .....	501
1. Definição .....	501
Definição da CLT: crítica .....	502
2. Denominação .....	502
3. Caracteres .....	503
III. MORFOLOGIA DO CONTRATO (ELEMENTOS CONSTITUTIVOS) .....	507
1. Elementos Essenciais (Jurídico-formais) do Contrato .....	509
A) Capacidade das Partes .....	509
B) Licitude do Objeto .....	512
C) Forma Regular ou Não Proibida .....	514
Forma e Prova .....	514
D) Higiene de Manifestação da Vontade .....	515
2. Elementos Naturais do Contrato .....	517
3. Elementos Acidentais do Contrato: condição e termo .....	517
IV. VÍCIOS E DEFEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO — NULIDADES .....	518
1. Teoria Trabalhista de Nulidades .....	519
A) Aplicação Plena da Teoria Trabalhista .....	520
B) Aplicação Restrita da Teoria Trabalhista .....	520
C) Inaplicabilidade da Teoria Especial Trabalhista .....	522
2. Tipos de Nulidades .....	522
A) Nulidade Total e Parcial .....	522
B) Nulidade Absoluta e Relativa .....	523
3. Nulidade e Prescrição .....	524

## **CAPÍTULO XVI CONTRATO DE TRABALHO — MODALIDADES**

I. INTRODUÇÃO .....	525
II. CONTRATOS EXPRESSOS E CONTRATOS TÁCITOS .....	525

III. CONTRATOS INDIVIDUAIS E CONTRATOS PLÚRIMOS. A EXPRESSÃO CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO. CONTRATO DE EQUIPE .....	527
1. Distinções .....	527
2. A Expressão Contrato Coletivo de Trabalho .....	527
3. Contratos Plúrimos e de Equipe .....	529
IV. CONTRATOS POR TEMPO INDETERMINADO .....	530
1. Aspectos Gerais .....	530
2. Efeitos Específicos do Contrato por Tempo Indeterminado .....	531
A) Interrupção e Suspensão Contratuais .....	531
B) Estabilidade e Garantias de Emprego .....	531
C) Efeitos Rescisórios .....	532
V. CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO (A TERMO) .....	534
1. Hipóteses de Pactuação .....	534
2. Meios de Fixação do Termo Final .....	537
3. Prazos Legais .....	539
4. Prorrogação e Sucessividade Contratuais .....	539
5. Indeterminação Contratual Automática ("Novação") .....	540
6. Efeitos Rescisórios nos Contratos a Termo .....	542
7. Suspensão e Interrupção nos Contratos a Termo. Garantias de Emprego e Contratos a Termo .....	544
A) Acidente de Trabalho: exceção isolada .....	545
B) Garantia à Gestante e Nascituro: nova exceção? .....	546
8. Contratos a Termo: forma e prova .....	548
9. O Tempo de Serviço nos Contratos a Termo .....	549

## CAPÍTULO XVII TIPOS DE CONTRATOS A TERMO

I. INTRODUÇÃO .....	552
II. TIPOS CLÁSSICOS DE CONTRATOS A TERMO .....	552
1. Contrato de Experiência .....	552
A) Caracterização .....	554
B) Efeitos Contratuais .....	554
C) Natureza Jurídica do Contrato de Experiência — A Figura do Período de Experiência .....	555
2. Contrato de Safra .....	558
Contrato Rural por Pequeno Prazo .....	560
3. Contrato de Obra Certa .....	561
4. Contrato por Temporada .....	563

III. NOVO PACTO A TERMO: O CONTRATO PROVISÓRIO DA LEI N. 9.601, DE 1998 ..	564
1. Celebração Contratual .....	565
A) Hipóteses de Pactuação .....	565
B) Requisitos do Contrato .....	565
2. Caracterização da Figura Jurídica .....	566
A) Denominação .....	567
B) Características Trabalhistas Comuns .....	568
a) Prazo de Duração .....	569
b) Meios de Fixação do Termo Final .....	569
c) Sucessividade Contratual .....	570
d) Tempo de Serviço ( <i>Accessio Temporis</i> ) .....	571
C) Características Trabalhistas Especiais .....	573
a) Pactuação do Contrato .....	574
b) Formalidade Contratual .....	574
c) Prorrogação Contratual .....	575
3. Extinção Contratual: efeitos jurídicos .....	577
a) Extinção normal do contrato (cumprimento do prazo prefixado) .....	577
b) Extinção contratual em face de dispensa antecipada pelo empregador ....	577
c) Extinção contratual em face de pedido de demissão antecipada pelo empregado .....	577
d) Extinção contratual em face de pedido de demissão ou dispensa antecipadas, havendo no contrato cláusula assecuratória do direito recíproco de antecipação rescisória .....	578
A) Acidente do Trabalho: exceção rescisória .....	579
B) Garantia à Gestante e Nascituro: nova exceção? .....	580
4. Direitos Trabalhistas Aplicáveis .....	581
A) Parcelas Comuns aos Demais Contratos .....	581
B) Parcelas Modificadas pela Lei n. 9.601/98 .....	582
C) Parcelas Trabalhistas Novas .....	583
D) Novo Contrato Provisório: limites à redução de direitos .....	583
5. Vantagens Tributárias e Creditícias Decorrentes .....	584
6. Lei n. 9.601, de 1998: reflexões complementares .....	585
A) Lei n. 9.601/98 e Desemprego .....	585
B) Lei n. 9.601/98 e Flexibilização Trabalhista .....	587
C) Lei n. 9.601/98 e Constituição da República .....	588
a) Incompatibilidades Globais .....	588
b) Incompatibilidades Tópicas .....	589

**CAPÍTULO XVIII**  
**CONTRATO DE TRABALHO E CONTRATOS AFINS**

I. INTRODUÇÃO .....	591
Contratos de Atividade .....	591
II. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ....	592
III. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE EMPREITADA .....	593
Pequena Empreitada na CLT .....	594
IV. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE MANDATO .....	596
V. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE PARCERIA RURAL .....	597
VI. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE SOCIEDADE .....	599
VII. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL (E/OU CONTRATO DE AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO) .....	601
1. Representação Comercial e/ou Agência e Distribuição: dinâmica jurídica ....	602
A) Caracterização .....	602
B) Remuneração .....	603
C) Rescisão Contratual .....	603
2. Representação Mercantil e/ou Agência e Distribuição <i>versus</i> Contrato Empregatício: contrapontos .....	604
3. Empregado Vendedor: regras próprias .....	606
A) Comissões — estrutura e dinâmica jurídicas .....	607
a) Conceito e Natureza .....	607
b) Dinâmica Comissional .....	607
B) Pagamento da Comissão .....	608
C) Ultimação do Negócio — data presumida .....	609
D) Risco Concernente às Vendas .....	609
E) Inspeção e Fiscalização pelo Vendedor .....	609
F) Exclusividade de Zona de Trabalho .....	610
G) Cláusula “ <i>Star del Credere</i> ” .....	610

**CAPÍTULO XIX**  
**EFEITOS DOS CONTRATOS DE TRABALHO: PRÓPRIOS E CONEXOS**

I. INTRODUÇÃO .....	612
II. EFEITOS CONTRATUAIS PRÓPRIOS .....	612
1. Obrigações do Empregador .....	613
2. Obrigações do Empregado .....	613
3. Poder Empregatício como Efeito do Contrato .....	614

<b>III. EFEITOS CONEXOS: DIREITOS INTELECTUAIS .....</b>	<b>614</b>
1. Direitos Intelectuais: modalidades e natureza .....	614
Natureza Jurídica .....	615
2. Direitos da Propriedade Industrial e Contrato de Emprego .....	615
A) Trabalho Intelectual como Objeto do Contrato .....	616
B) Trabalho Intelectual sem Relação com o Contrato .....	617
C) Trabalho Intelectual Favorecido por Circunstâncias Contratuais .....	617
<b>IV. EFEITOS CONEXOS: INDENIZAÇÕES POR DANOS SOFRIDOS PELO EMPREGADO .....</b>	<b>618</b>
1. Indenização por Dano Moral ou à Imagem .....	619
2. Lesões Acidentárias: dano material, dano moral, dano estético .....	621
3. Responsabilidade Indenizatória: requisitos .....	623
A) Requisitos Clássicos .....	623
B) Objetivação da Responsabilidade .....	625
C) Atenuação ou Exclusão da Responsabilidade .....	627
4. Aferição do Dano Moral, Estético ou à Imagem e Respectivo Valor Indenizatório .....	627
A) Referências Normativas Anteriores a 5.10.1988 .....	628
B) Aferição do Dano e Fixação da Indenização: critérios .....	629
a) Critério Constitucional Prevalente .....	630
b) Critérios Constitucionalmente Repelidos .....	630
5. Competência Judicial .....	633
6. Regra Prescricional .....	635
Danos pela Infortunistica do Trabalho — transição .....	636
<b>V. EFEITOS CONEXOS: O UNIVERSO DA PERSONALIDADE DO TRABALHADOR E A TUTELA JURÍDICA EXISTENTE .....</b>	<b>638</b>
1. Direitos da Personalidade do Trabalhador: universo jurídico .....	638
2. Direitos da Personalidade do Trabalhador e Poder Empregatício: contrapontos e harmonização de princípios, regras e institutos jurídicos .....	639
3. Dano Moral na Relação de Emprego: situações em destaque .....	640
A) Dano Moral Individual .....	640
A-1) Pré-contratação trabalhista .....	641
A-2) Dinâmica da seleção e da contratação trabalhistas .....	641
A-3) Ofensas físicas .....	642
A-4) Ofensas morais .....	642
A-5) Assédio sexual .....	642
A-6) Revistas íntimas .....	643
A-7) Revistas em pertences obreiros, embora não íntimas .....	643
A-8) Limitação de uso de banheiros no ambiente laborativo .....	643



A-9) Divulgação de nomes e dados contratuais de empregados, especialmente salários .....	643
A-10) Câmaras televisivas de segurança em banheiros .....	644
A-11) Dinâmica de metas de desempenho e respectivas cobranças .....	644
A-12) Uso de técnicas motivacionais abusivas e desrespeitosas .....	645
A-13) Assédio moral .....	645
A-14) Controle de correspondências no ambiente laborativo .....	645
A-15) Controle de correspondências eletrônicas (e-mails) .....	646
A-16) Controle de uso de equipamentos eletrônicos e de informática, inclusive acesso à internet .....	647
A-17) Quebra de sigilo bancário de empregado de Banco .....	647
A-18) Danos derivados de acidentes de trabalho .....	648
A-19) Condições degradantes no ambiente do trabalho .....	648
A-20) Atrasos reiterados de salários .....	648
A-21) Exercício de função perigosa, não integrante do contrato .....	649
A-22) Afronta à inviolabilidade física e à segurança ou estresse acentuado, em face de violência decorrente do exercício de função perigosa ....	649
A-23) Conduta de discriminação no ambiente laborativo .....	650
A-24) Desrespeito a direitos intelectuais, especialmente relativos à autoria .	651
A-25) Violação à imagem .....	651
A-26) Acusação não comprovada de ato ilícito .....	652
A-27) Anotação desabonadora em Carteira de Trabalho .....	652
A-28) Dispensa discriminatória .....	653
A-29) Supressão injustificável de plano de saúde .....	654
A-30) Elaboração ou divulgação de "lista suja" de trabalhadores .....	654
B) Dano Moral Coletivo .....	654

## CAPÍTULO XX

### O PODER NO CONTRATO DE TRABALHO — DIRETIVO, REGULAMENTAR, FISCALIZATÓRIO, DISCIPLINAR

I. INTRODUÇÃO .....	657
II. PODER EMPREGATÍCIO: CONCEITO E CARACTERIZAÇÃO .....	658
1. Conceituação .....	658
Poder Empregatício <i>versus</i> Poder Hierárquico .....	658
2. Caracterização .....	659
A) Poder Diretivo .....	660
B) Poder Regulamentar .....	661
Natureza dos Dispositivos Regulamentares .....	661
C) Poder Fiscalizatório .....	662
Limites ao Poder de Controle .....	663
D) Poder Disciplinar .....	664

III. FUNDAMENTOS DO PODER EMPREGATÍCIO .....	666
1. Fundamentos Doutrinários .....	666
A) Propriedade Privada .....	666
B) Institucionalismo .....	668
C) Delegação do Poder Público .....	669
D) Contrato .....	670
E) Uma Variante: a autonomia como fundamento jurídico .....	672
2. Fundamentos Legais .....	674
IV. NATUREZA JURÍDICA DO PODER EMPREGATÍCIO .....	675
1. Concepções Tradicionais .....	675
A) Direito Potestativo .....	676
B) Direito Subjetivo .....	677
C) <i>Status</i> Jurídico .....	677
D) Direito-função .....	679
Poder e Cidadania .....	680
2. Teoria da Relação Jurídica Contratual Complexa .....	681
Virtudes da Concepção Relacional .....	682
V. O PODER DISCIPLINAR .....	685
1. Fundamentos .....	685
A) Posição Negativista .....	685
B) Posição Autonomista .....	686
C) Vertente Intermediária .....	687
2. Infrações Características .....	688
A) Critérios de Caracterização .....	688
B) Infrações Obreiras Tipificadas .....	689
3. Penalidades Características .....	690
A) Modalidades Acolhidas .....	690
B) Modalidades Rejeitadas .....	692
4. Critério de Aplicação de Penalidades (Requisitos Incidentes) .....	694
A) Requisitos Objetivos .....	695
B) Requisitos Subjetivos .....	696
C) Requisitos Circunstanciais .....	696
5. Intervenção Judicial .....	700
6. Poder Disciplinar e Direito Obreiro de Resistência .....	702
VI. PODER EMPREGATÍCIO E DIREITOS DA PERSONALIDADE DO TRABALHADOR: NOVOS DESAFIOS .....	703
1. Direitos da Personalidade do Trabalhador e Poder Empregatício: contrapontos e harmonização de princípios, regras e institutos jurídicos .....	704
A) Caracterização do Contraponto Jurídico .....	704
B) Harmonização das Dimensões Jurídicas Contrapostas .....	705
2. Dano Moral na Relação de Emprego: situações em destaque .....	705

**CAPÍTULO XXI**  
**REMUNERAÇÃO E SALÁRIO**

I. INTRODUÇÃO .....	707
II. REMUNERAÇÃO E SALÁRIO: DISTINÇÕES .....	707
1. Salário: definição .....	707
2. Remuneração: definição e distinções .....	708
Remuneração e Gorjetas .....	708
III. SALÁRIO: DENOMINAÇÕES .....	711
1. Denominações Impróprias .....	712
A) Salário de Contribuição e Salário de Benefício .....	712
B) Salário-Família .....	712
C) Salário-Maternidade .....	713
D) Salário-Educação .....	714
E) Salário Mínimo de Referência .....	714
F) Salário Social .....	715
2. Denominações Próprias .....	715
A) Salário Mínimo, Salário Profissional, Salário Normativo .....	715
Piso Salarial .....	716
B) Salário Básico .....	716
C) Salário Isonômico, Salário Equitativo, Salário Substituição, Salário Supletivo ..	716
D) Salário Judicial .....	717
E) Salário Complessivo .....	717
F) Salário Condição .....	717
G) Salário Progressivo .....	718
H) Outras Denominações .....	718
IV. SALÁRIO: COMPOSIÇÃO E DISTINÇÕES .....	718
1. Composição do Salário (Parcelas Salariais) .....	719
A) Parcelas Salariais Tipificadas .....	719
B) Parcelas Salariais Não Tipificadas .....	719
C) Parcelas Salariais Dissimuladas .....	719
2. Parcelas Salariais Dissimuladas .....	720
A) Diárias de Viagem e Ajudas de Custo .....	720
B) Outras Parcelas Dissimuladas .....	721
V. PARCELAS NÃO SALARIAIS .....	722
1. Classificação Segundo a Natureza Jurídica .....	722
A) Parcelas de Natureza Indenizatória .....	722
B) Parcelas Meramente Instrumentais .....	723

C) Parcelas de Direito Intelectual .....	723
D) Participação nos Lucros ou Resultados .....	724
<i>Stock Options</i> : enquadramento jurídico .....	724
E) Parcelas Previdenciárias Oficiais .....	726
F) Parcelas Previdenciárias Privadas .....	728
G) Parcelas de Seguridade Social .....	728
H) Parcelas Pagas por Terceiros .....	729
2. Classificação Segundo a Origem (ou Devedor Principal) .....	731
A) Parcelas Não Salariais Devidas e Pagas pelo Empregador .....	731
B) Parcelas Não Salariais Pagas Através do Empregador, Embora Não Devidas por Ele .....	732
C) Parcelas Pagas por Terceiros ao Empregado .....	732
VI. CARACTERES DO SALÁRIO .....	732
VII. CLASSIFICAÇÃO DO SALÁRIO .....	738
1. Tipologias Principais .....	738
2. Modos de Aferição Salarial: tipos de salário .....	740
A) Salário por Unidade de Tempo .....	740
B) Salário por Unidade de Obra .....	742
C) Salário-Tarefa .....	743
VIII. MEIOS DE PAGAMENTO SALARIAL: SALÁRIO-UTILIDADE .....	744
1. Caracterização do Salário-utilidade .....	744
A) Requisitos Essenciais .....	744
Excludentes do Salário-utilidade .....	745
B) O Papel da Onerosidade Unilateral da Utilidade .....	749
2. O Papel da Norma Jurídica Concessora da Utilidade .....	750
3. Rol de Utilidades Pertinentes .....	751
4. Repercussões da Utilidade no Contrato de Trabalho .....	752
A) Efeitos Contratuais da Utilidade Salarial .....	752
B) Valor da Utilidade no Contrato .....	753
5. Especificidades do Salário <i>In Natura</i> no Campo .....	754
IX. PARCELAS SALARIAIS: MODALIDADES ESPECIAIS DE SALÁRIOS .....	756
1. Salário Básico .....	757
2. Abono .....	758
3. Adicionais .....	759
A) Caracterização .....	760
B) Classificação .....	761
4. Gratificações .....	762
A) Caracterização .....	762
B) Repercussões Contratuais .....	764
5. 13º Salário .....	764

6. Comissões .....	766
A) Caracterização .....	766
B) Vendedores, Viajantes ou Pracistas .....	767
a) Ultimação do Negócio – data presumida .....	768
b) Pagamento da Comissão .....	768
c) Risco Concernente às Vendas .....	769
d) Inspeção e Fiscalização pelo Vendedor .....	769
e) Exclusividade de Zona de Trabalho .....	769
f) Cláusula “ <i>Star del Crederer</i> ” .....	770
7. Prêmios (ou Bônus) .....	771
8. Outras Parcelas Salariais .....	772
A) Caracterização .....	772
B) Ajudas de Custo e Diárias de Viagem Irregulares .....	773
C) Aluguel de Veículos e Ajuda Combustível Irregulares .....	773

## CAPÍTULO XXII SISTEMA DE GARANTIAS SALARIAIS

I. INTRODUÇÃO .....	775
II. PROTEÇÕES JURÍDICAS QUANTO AO VALOR DO SALÁRIO .....	776
1. Irredutibilidade Salarial .....	776
2. Correção Salarial Automática .....	779
3. Patamar Salarial Mínimo Imperativo .....	782
A) Salário Mínimo Legal .....	782
B) Salário Profissional .....	784
C) Salário Normativo e Salário Convencional .....	786
III. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA ABUSOS DO EMPREGADOR .....	786
1. Critérios Legais de Pagamento Salarial: tempo, lugar, meios .....	787
A) Tempo de Pagamento .....	787
B) Lugar de Pagamento .....	789
C) Meios de Pagamento .....	790
2. Irredutibilidade Salarial .....	792
3. Intangibilidade Salarial: controle de descontos .....	792
A) Regra Geral de Intangibilidade .....	792
B) Descontos Salariais Autorizados .....	793
C) A Especificidade Rurícola no Tema dos Descontos .....	796
IV. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA DISCRIMINAÇÕES NA RELAÇÃO DE EMPREGO .....	796
1. Não discriminação e Isonomia: distinções .....	797
2. Proteções Antidiscriminatórias Trabalhistas: linhas gerais .....	800
3. Constituição de 1988: importância na temática antidiscriminatória .....	800

4. Tradicionais Proteções Antidiscriminatórias .....	801
5. Novas Proteções Antidiscriminatórias a Contar de 1988 .....	802
A) Discriminação Contra a Mulher .....	803
B) Discriminação Contra Trabalhador Menor de 18 Anos .....	805
A EC n. 65/2010 e o Conceito de <i>Jovem</i> .....	810
C) Discriminação Contra o Estrangeiro .....	811
Isonomia entre Brasileiro e Estrangeiro .....	812
D) Discriminação Contra o Portador de Deficiência .....	814
E) Discriminação em Função do Tipo de Trabalho .....	814
F) Isonomia com Respeito ao Trabalhador Avulso .....	815
6. Antidiscriminação e Equiparação de Salários .....	816
A) Requisitos da Equiparação Salarial .....	816
a) Identidade de Funções .....	817
b) Identidade de Empregador .....	818
c) Identidade de Localidade .....	818
d) Simultaneidade no Exercício Funcional .....	819
B) Outros Elementos de Relevância no Tema Equiparatório .....	820
a) Diferença de Perfeição Técnica .....	820
b) Diferença de Produtividade .....	821
Uma Particularidade: salário por unidade de obra .....	822
c) Diferença de Tempo de Serviço .....	822
d) Existência de Quadro de Carreira .....	822
e) Paradigma em Readaptação Funcional .....	823
C) Um Debate: desnível salarial resultante de decisão judicial favorável ao paradigma .....	823
D) Equiparação Salarial: ônus da prova .....	824
E) Isonomia entre Brasileiro e Estrangeiro (art. 358, CLT) .....	825
7. Antidiscriminação Salarial em Empresas com Quadro de Carreira .....	827
A) Requisitos do Quadro de Carreira .....	827
B) Proteções Antidiscriminatórias .....	829
8. Antidiscriminação e Substituição de Empregados .....	830
A) Diferenciação Relevante: substituição interina ou provisória e substituição meramente eventual .....	830
B) "Substituição Permanente": ocupação de cargo vago .....	831
9. Antidiscriminação e Terceirização Trabalhista .....	832
A) Trabalho Terceirizado Temporário .....	833
B) Trabalho Terceirizado Permanente .....	834
C) Terceirização e Discriminação: problemas e soluções no Direito .....	835
a) Terceirização Ilícita em Entidades Estatais .....	836
b) O Problema Discriminatório na Terceirização Lícita .....	837

V. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA CREDORES DO EMPREGADOR .....	840
1. Proteção Jurídica Através da Responsabilidade Trabalhista .....	840
A) Direções da Responsabilidade Trabalhista .....	842
B) Antigas e Novas Situações Polêmicas .....	844
2. Proteção Jurídica na Concordata do Empregador .....	848
Recuperação Empresarial (Lei n. 11.101/2005) .....	849
3. Proteção Jurídica na Falência do Empregador .....	850
Competência Judicial .....	853
4. Proteção Jurídica na Liquidação Extrajudicial do Empregador .....	855
VI. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA CREDORES DO EMPREGADO .....	855
1. Impenhorabilidade do Salário .....	856
2. Restrições à Compensação .....	857
3. Critério de Correção Monetária .....	858
4. Inviabilidade da Cessão do Crédito Salarial .....	860

### CAPÍTULO XXIII DURAÇÃO DO TRABALHO — JORNADA

I. INTRODUÇÃO .....	862
1. Jornada e Salário .....	862
2. Jornada e Saúde no Trabalho .....	863
3. Jornada e Emprego .....	864
II. DISTINÇÕES RELEVANTES — DURAÇÃO, JORNADA, HORÁRIO .....	866
1. Duração do Trabalho .....	866
2. Jornada de Trabalho .....	866
3. Horário de Trabalho .....	867
III. COMPOSIÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO .....	868
1. Critérios Básicos de Fixação da Jornada .....	868
A) Tempo Efetivamente Trabalhado .....	869
B) Tempo à Disposição .....	869
C) Tempo de Deslocamento .....	870
Tempo de Deslocamento — horas <i>in itinere</i> .....	870
2. Critérios Especiais de Fixação da Jornada .....	873
A) Tempo de Prontidão .....	873
B) Tempo de Sobreaviso .....	873
Tempo de Sobreaviso — BIPs, <i>paggers</i> e telefones celulares .....	874
C) Tempo Residual à Disposição .....	876
3. Jornada: tronco básico e componentes suplementares .....	877
A) Tronco Básico .....	877
B) Componentes Suplementares .....	877

IV. NATUREZA DAS NORMAS RELATIVAS À JORNADA: TRANSAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO .....	879
1. Natureza das Normas Relativas à Jornada .....	879
2. Transação e Flexibilização da Jornada: possibilidades e limites .....	880
A) Critérios Gerais Informativos .....	880
B) Flexibilização e Compensação de Jornada .....	884
a) Título Jurídico Autorizador (Até Lei n. 9.601/98) .....	884
b) Parâmetro Temporal Máximo (Até Lei n. 9.601/98) .....	888
c) Compensação Anual/Banco de Horas (Lei n. 9.601/98) .....	891
Dinâmica do Banco de Horas .....	896
d) Restrições ao Regime Compensatório .....	898
V. MODALIDADES DE JORNADA — O PROBLEMA DO CONTROLE .....	900
1. Modalidades de Jornada de Trabalho .....	900
2. Jornadas Controladas .....	901
3. Jornadas Não Controladas .....	903
A) Atividade Externa Incompatível com a Fixação de Horário .....	903
Trabalho no Domicílio ( <i>Home Office</i> ) e Teletrabalho .....	904
B) Exercentes de Cargos de Gestão .....	906
4. Jornada Não Tipificada: a categoria doméstica .....	907
VI. JORNADA PADRÃO DE TRABALHO .....	908
VII. JORNADAS ESPECIAIS DE TRABALHO .....	910
1. Caracterização das Jornadas Especiais .....	910
2. Categorias Específicas .....	911
3. Turnos Ininterruptos de Revezamento .....	913
A) Caracterização da Figura Jurídica .....	914
B) Efeitos Jurídicos do Art. 7º, XIV, CF/88 .....	916
C) Negociação Coletiva e Jornada Ampliada .....	917
4. Atividade Contínua de Digitação .....	918
VIII. JORNADA EXTRAORDINÁRIA .....	921
1. Caracterização da Jornada Extraordinária .....	921
A) Jornada Extraordinária e Jornada Suplementar .....	921
B) Prorrogações Regulares e Irregulares .....	923
2. Tipos de Jornadas Extraordinárias .....	924
A) Tipologia pela Causa da Prorrogação .....	924
a) Acordo de Prorrogação de Jornada .....	924
b) Regime de Compensação de Jornada .....	926
c) Prorrogação em Virtude de Força Maior .....	927
d) Prorrogação em Virtude de Serviços Inadiáveis .....	929
e) Prorrogação para Reposição de Paralisações Empresariais .....	930



B) Tipologia pelo Título Jurídico Autorizador da Prorrogação .....	931
C) Tipologia pelo Tempo Lícito de Prorrogação .....	933
3. Efeitos da Jornada Extraordinária .....	935
IX. TRABALHO EM TEMPO PARCIAL .....	937
1. Trabalho em Regime de Tempo Parcial: tipificação .....	938
2. Efeitos do Regime de Tempo Parcial .....	939
3. Alteração Contratual para o Regime de Tempo Parcial .....	940
X. JORNADA NOTURNA .....	941
1. Parâmetros da Jornada Noturna .....	941
2. Efeitos Jurídicos da Jornada Noturna .....	942
3. Restrições ao Trabalho Noturno .....	945

**CAPÍTULO XXIV**  
**PERÍODOS DE DESCANSO: INTERVALOS,**  
**REPOUSO SEMANAL E EM FERIADOS**

I. INTRODUÇÃO .....	946
II. INTERVALOS TRABALHISTAS: ANÁLISE JURÍDICA .....	947
1. Relevância dos Intervalos Trabalhistas .....	947
A) Intervalos e Saúde no Trabalho .....	948
B) Transação e Flexibilização dos Intervalos: possibilidades e limites .....	949
2. Modalidades de Intervalos Trabalhistas .....	952
3. Intervalos Intra jornadas: caracterização e efeitos jurídicos .....	953
A) Objetivos dos Intervalos Intra jornadas .....	953
B) Classificação dos Intervalos Intra jornadas .....	954
a) Intervalos Comuns e Especiais .....	954
b) Intervalos Remunerados e Não Remunerados .....	954
Quadro de Intervalos Intra jornadas .....	956
C) Intervalos Intra jornadas: repercussões jurídicas de seu desrespeito .....	957
a) Desrespeito a Intervalo Remunerado .....	957
b) Desrespeito a Intervalo Não Remunerado .....	957
D) Intervalos Intra jornadas: outras regras aplicáveis .....	959
4. Intervalos Inter jornadas: caracterização e efeitos jurídicos .....	960
A) Objetivos dos Intervalos Inter jornadas .....	960
B) Classificação dos Intervalos Inter jornadas .....	961
a) Intervalos Inter jornadas e Intersemanais .....	961
b) Intervalos Comuns e Especiais .....	961
c) Intervalos Remunerados e Não Remunerados .....	962
Quadro de Intervalos Inter jornadas .....	963

C) Intervalos Interjornadas: repercussões jurídicas de seu desrespeito .....	963
a) Desrespeito ao Intervalo Interjornadas .....	963
b) Desrespeito ao Intervalo Intersemanal .....	964
III. DESCANSO SEMANAL E EM FERIADOS: ANÁLISE JURÍDICA .....	965
1. Aproximação das Figuras Jurídicas .....	965
Normatização Aplicável .....	965
2. Descanso Semanal: caracterização e efeitos jurídicos .....	967
A) Caracterização do Descanso Semanal .....	967
a) Lapso Temporal .....	967
b) Ocorrência Semanal do Descanso .....	968
c) Coincidência Preferencial com o Domingo .....	969
d) Imperatividade do Descanso Semanal .....	971
B) Remuneração do Descanso Semanal .....	971
a) Requisitos da Remuneração .....	971
b) Valor da Remuneração .....	972
c) Remuneração do Dia de Descanso Efetivamente Trabalhado .....	973
3. Descanso em Feriados: caracterização, especificidades e efeitos jurídicos .	974
A) Tipos de Feriados .....	975
a) Feriados Cíveis e Religiosos .....	975
a.1) Feriados Cíveis .....	975
a.2) Feriados Religiosos .....	975
b) Feriados Nacionais, Regionais e Locais .....	977

## CAPÍTULO XXV

### PERÍODOS DE DESCANSO: FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS

I. INTRODUÇÃO .....	978
1. Objetivos das Férias .....	978
2. Normatização Aplicável .....	979
II. CARACTERIZAÇÃO .....	980
III. AQUISIÇÃO DAS FÉRIAS E SUA DURAÇÃO .....	983
1. Aquisição do Direito a Férias (Período Aquisitivo) .....	983
2. Fatores Prejudiciais à Aquisição das Férias .....	984
Situações Especiais .....	985
3. Duração das Férias Adquiridas .....	985
A) Duração Genérica das Férias .....	986
B) Duração em Contratos de Tempo Parcial .....	986
Restrições Específicas .....	988
C) Duração em Contratos Domésticos .....	989

IV. CONCESSÃO E GOZO DAS FÉRIAS .....	991
1. Concessão Regular das Férias (Período Concessivo) .....	991
Época de Concessão .....	994
2. Concessão Extemporânea das Férias .....	995
V. FÉRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS .....	996
1. Férias Individuais: procedimentos concessivos .....	996
2. Férias Coletivas: especificidades e procedimentos concessivos .....	997
A) Caracterização das Férias Coletivas .....	998
B) Procedimentos Concessivos .....	999
VI. REMUNERAÇÃO DAS FÉRIAS .....	999
1. Cálculo da Remuneração .....	1000
A) Cálculo Salarial .....	1000
B) Parcelas Integradas .....	1001
C) Parcelas Não Integradas .....	1001
2. Remuneração Simples .....	1001
3. Remuneração Dobrada .....	1002
Natureza Jurídica da Dobra .....	1002
4. Terço Constitucional de Férias .....	1003
5. Conversão Pecuniária das Férias (Abono Pecuniário) .....	1005
VII. FÉRIAS E EXTINÇÃO DO CONTRATO: EFEITOS .....	1006
1. Férias Vencidas e Extinção Contratual .....	1007
2. Férias Simples e Extinção Contratual .....	1007
3. Férias Proporcionais e Extinção Contratual .....	1008
VIII. NATUREZA JURÍDICA DAS FÉRIAS .....	1010
IX. PRESCRIÇÃO: REGRAS APLICÁVEIS .....	1012
1. Contagem em Função do Término do Período Concessivo .....	1012
2. Contagem em Função do Término do Contrato de Trabalho .....	1013

## CAPÍTULO XXVI

### FORMAÇÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

I. INTRODUÇÃO .....	1014
II. FORMAÇÃO CONTRATUAL TRABALHISTA .....	1014
Experiência Prévia (art. 442-A, CLT) .....	1015
III. FORMAÇÃO DO CONTRATO: MOMENTO E LOCAL .....	1016
1. Policitização e Formação Contratual .....	1016
2. Formação Contratual e Competência Judicial Trabalhista .....	1017
IV. FORMAÇÃO CONTRATUAL: PROBLEMAS DO PRÉ-CONTRATO .....	1018
Indenização pela Perda de Uma Chance .....	1020

V. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS TRABALHISTAS: SUBJETIVAS E OBJETIVAS .....	1020
1. Alterações Contratuais Subjetivas .....	1021
2. Alterações Contratuais Objetivas .....	1022
VI. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS OBJETIVAS: CLASSIFICAÇÃO .....	1022
1. Classificação Segundo a Origem .....	1022
2. Classificação Segundo a Obrigatoriedade .....	1023
3. Classificação Segundo o Objeto .....	1023
4. Classificação Segundo os Efeitos .....	1024
VII. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS OBJETIVAS: PRINCÍPIOS APLICÁVEIS .....	1024
1. Princípios Aplicáveis .....	1024
A) Princípio da Inalterabilidade Contratual Lesiva .....	1025
B) Princípio do Direito de Resistência Obreiro .....	1027
C) Diretriz do <i>Jus Variandi</i> Empresarial .....	1028
2. Princípios Informativos: contradição aparente e compatibilização .....	1029
3. Critérios Autorizativos do <i>Jus Variandi</i> Empresarial .....	1030
VIII. ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO QUALITATIVO .....	1033
1. Conceituação .....	1033
2. Alteração de Função .....	1033
A) Conceito e Distinções .....	1033
B) Regras Aplicáveis .....	1034
Compatibilização Normativa .....	1035
C) Alterações Funcionais Favoráveis e Desfavoráveis .....	1036
D) Alterações Funcionais Lícitas .....	1037
a) Situações Excepcionais ou de Emergência .....	1037
b) Substituição Temporária .....	1037
c) Destituição do Cargo ou Função de Confiança .....	1038
Reversão/Retrocessão/Rebaixamento .....	1039
d) Extinção do Cargo ou Função .....	1040
e) Alteração de PCS ou Quadro de Carreira .....	1040
f) Readaptação Funcional por Causa Previdenciária .....	1040
g) Promoção ou Remoção .....	1041
IX. ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO QUANTITATIVO .....	1043
1. Conceito e Modalidades .....	1043
2. Alteração da Duração do Trabalho: modalidades .....	1043
A) Alterações Ampliativas da Duração do Trabalho .....	1043
a) Classificação das Alterações Ampliativas Lícitas .....	1043
a.1) Causa da Prorrogação .....	1043
a.2) Título Jurídico da Prorrogação .....	1045
a.3) Tipologia pelo Tempo Lícito de Prorrogação .....	1047

b) Prorrogações Realizadas Irregularmente .....	1048
c) Efeitos Jurídicos do Trabalho Extraordinário .....	1049
B) Alterações Redutoras da Duração do Trabalho .....	1050
C) Alterações de Horário de Trabalho .....	1052
3. Alteração de Salário: modalidades .....	1053
A) Elevações Salariais .....	1053
B) Reduções Salariais .....	1053
a) Redução Salarial Direta .....	1053
a.1) Redução Nominal de Salários .....	1053
a.2) Redução Real de Salários .....	1054
b) Redução Salarial Indireta .....	1055
X. ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO CIRCUNSTANCIAL .....	1056
1. Conceituação .....	1056
2. Alteração do Local de Trabalho no País .....	1056
A) Distinções .....	1056
a) Remoções Relevantes e Não Relevantes .....	1056
b) Remoções Lícitas e Remoções Ilícitas .....	1057
B) Efeitos da Remoção/Transferência .....	1058
C) Adicional de Transferência .....	1059
a) Pontos Consensuais .....	1059
b) Critérios de Incidência do Adicional .....	1060
c) Novo Critério Incidente: Lei Maria da Penha .....	1062
d) Adicional: valor e repercussões contratuais .....	1063
D) Ajuda de Custo por Transferência .....	1063
E) Empregados Intransferíveis .....	1064
a) Empregados Estáveis e Dirigentes Sindicais .....	1064
b) Outros Obreiros Relativamente Protegidos .....	1066
3. Transferência Obreira para o Exterior .....	1066
A) Inviabilidade do <i>Jus Variandi</i> .....	1067
B) Diploma Especial: Lei n. 7.064/82 .....	1067
a) Critérios e Direitos da Lei n. 7.064 .....	1067
b) Aplicação Analógica da Lei n. 7.064 .....	1068
C) Atenuação Gradativa da Súmula 207, com Alargamento da Incidência da Lei n. 7.064/82 .....	1070
D) Generalização da Lei n. 7.064 pela Lei n. 11.962/2009 .....	1070

## CAPÍTULO XXVII INTERRUPÇÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

I. INTRODUÇÃO .....	1072
II. CONCEITO E DENOMINAÇÕES .....	1072

1. Conceituação .....	1072
2. Denominações .....	1073
III. DISTINÇÕES RELEVANTES .....	1074
1. Interrupção e Suspensão: críticas à tipologia celetista .....	1074
2. Distinções Existentes .....	1075
A) Suspensão: características .....	1076
B) Interrupção: características .....	1076
IV. SUSPENSÃO — CASOS TIPIFICADOS E EFEITOS JURÍDICOS .....	1077
1. Suspensão por Motivo Alheio à Vontade Obreira .....	1077
Atenuação de Efeitos Jurídicos .....	1078
2. Suspensão por Motivo Lícito Atribuível ao Empregado .....	1078
3. Suspensão por Motivo Ilícito Atribuível ao Empregado .....	1079
4. Suspensão: efeitos jurídicos .....	1079
A) Efeitos Contratuais da Suspensão .....	1079
a) Suspensão e Justa Causa .....	1080
b) Suspensão e Pedido de Demissão .....	1081
B) Prazo para Retorno após Suspensão .....	1081
V. INTERRUPTÃO — CASOS TIPIFICADOS E EFEITOS JURÍDICOS .....	1082
1. Casos de Interrupção Contratual .....	1083
2. Interrupção: efeitos jurídicos .....	1085
A) Efeitos Contratuais da Interrupção .....	1085
B) Prazo para Retorno após a Interrupção .....	1086
VI. INTERRUPTÃO E SUSPENSÃO: SITUAÇÕES CONTROVERTIDAS .....	1086
1. Serviço Militar .....	1087
2. Acidente do Trabalho ou Doença Profissional .....	1089
3. Afastamento Maternidade .....	1090
A) Aspectos Legais .....	1091
B) Enquadramento Jurídico .....	1092
4. Encargos Públicos .....	1093
5. Afastamento da Trabalhadora em Face de Violência (Lei <i>Maria da Penha</i> ) ....	1095
VII. CASOS EM DESTAQUE — SUSPENSÃO DISCIPLINAR E SUSPENSÃO PARA INQUÉRITO .....	1097
1. Suspensão Disciplinar .....	1098
A) Natureza Jurídica .....	1098
B) Critérios de Aplicação da Pena Suspensiva .....	1098
C) Limites à Penalidade .....	1099
D) Dosagem Judicial da Suspensão: debate .....	1099
2. Suspensão para Inquérito .....	1100
A) Cabimento da Figura .....	1100

B) Natureza Jurídica .....	1101
C) Prazos Legais .....	1102
D) Efeitos da Sentença do Inquérito .....	1103
E) Suspensão Preventiva e Reintegração Liminar .....	1103
<b>VIII. NOVO CASO EM DESTAQUE: SUSPENSÃO PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO EMPREGADO .....</b>	<b>1105</b>
1. Requisitos da Nova Hipótese Suspensiva .....	1105
Desrespeito aos Requisitos Legais .....	1106
2. Prazo Legal .....	1106
3. Efeitos da Suspensão Contratual .....	1107
A) Bolsa de Qualificação Profissional .....	1107
B) Parcelas Devidas pelo Empregador ao Obreiro Afastado .....	1108
C) Ruptura Contratual .....	1109
Desestímulo Rescisório .....	1109
<b>IX. INTERRUÇÃO E SUSPENSÃO NOS CONTRATOS A TERMO .....</b>	<b>1110</b>
1. Regência Normativa Especial dos Contratos a Termo .....	1110
A) Extinção Peremptória do Contrato .....	1110
B) Extinção Contratual Prorrogada .....	1111
C) Resgate do Prazo de Afastamento .....	1112
2. Afastamento Acidentário e Contratos a Termo: exceção configurada .....	1112
3. Afastamento da Gestante em Contratos a Termo: outra exceção constitucional .....	1113

### CAPÍTULO XXVIII

#### TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO — MODALIDADES E EFEITOS

<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1115</b>
<b>II. EXTINÇÃO CONTRATUAL — PRINCÍPIOS APLICÁVEIS .....</b>	<b>1116</b>
1. Princípio da Continuidade da Relação de Emprego .....	1117
2. Princípio das Presunções Favoráveis ao Trabalhador .....	1120
3. Princípio da Norma mais Favorável .....	1120
<b>III. RESTRIÇÕES À EXTINÇÃO CONTRATUAL .....</b>	<b>1121</b>
1. Restrições a Contratos a Termo .....	1122
2. Estabilidade e Garantias de Emprego .....	1123
3. Interrupção e Suspensão Contratuais .....	1125
4. Motivação da Dispensa pelo Empregador .....	1125
A) Convenção 158 da OIT .....	1127
B) Concurso Público e Motivação da Dispensa .....	1128
<b>IV. EXTINÇÃO CONTRATUAL — EVOLUÇÃO JURÍDICA NO BRASIL .....</b>	<b>1130</b>
1. Antigo Modelo Jurídico Celetista .....	1130
2. O FGTS e a Liberalização do Mercado de Trabalho .....	1131

3. Constituição de 1988 e Extinção do Contrato de Trabalho .....	1133
A) Universalização do FGTS e Revogação do Sistema Celetista .....	1133
B) Restrição à Dispensa Arbitrária ou Sem Justa Causa .....	1134
4. Dispensa Coletiva: novas leituras da Constituição .....	1136
V. MODALIDADES DE EXTINÇÃO CONTRATUAL: TIPOLOGIAS .....	1137
1. Classificação Civilista: modos normal e anormal de extinção .....	1138
2. Classificação Segundo as Causas de Extinção .....	1140
3. Outra Classificação: resilição, resolução e rescisão do contrato .....	1142
VI. EFEITOS DA EXTINÇÃO CONTRATUAL .....	1144
1. Extinção dos Contratos por Tempo Determinado .....	1144
A) Extinção Normal .....	1144
B) Extinção Anormal .....	1144
a) Dispensa Antecipada por Ato Empresarial .....	1144
b) Pedido de Demissão Antecipado pelo Obreiro .....	1146
2. Extinção dos Contratos por Tempo Indeterminado .....	1147
A) Modalidades Extintivas e Parcelas Rescisórias .....	1149
a) Dispensa arbitrária (ou despedida sem justa causa ou, ainda, dispensa desmotivada) .....	1149
b) Pedido de demissão pelo obreiro .....	1150
c) Distrato .....	1151
d) Dispensa por justa causa operária .....	1153
e) Ruptura por infração empresarial (rescisão indireta) .....	1153
f) Ruptura por culpa recíproca .....	1153
g) Extinção da empresa ou do estabelecimento .....	1154
h) Morte do empregado ou do empregador-pessoa natural .....	1155
B) Outros Pagamentos Rescisórios .....	1157
3. Penalidades Relativas ao Pagamento Rescisório .....	1158
A) Pena do Art. 477, da CLT .....	1158
B) Pena do Art. 467, da CLT .....	1159
Entidades Estatais: exclusão da pena .....	1160
VII. FORMALIDADES RESCISÓRIAS .....	1161
1. Capacidade do Empregado .....	1162
2. Homologação Rescisória: formalidades e assistência .....	1164
3. Rescisão via Comissões de Conciliação Prévia .....	1166
A) Problemas no Enquadramento Jurídico da Nova Figura .....	1166
B) Formalidades e Poderes Rescisórios .....	1167



**CAPÍTULO XXIX****TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO LÍCITO DAS PARTES: DISPENSA SEM JUSTA CAUSA E DISPENSA MOTIVADA, MAS SEM CULPA OBREIRA. PEDIDO DE DEMISSÃO PELO EMPREGADO. O INSTITUTO DO AVISO-PRÉVIO**

I. INTRODUÇÃO .....	1170
II. TÉRMINO CONTRATUAL POR ATO LÍCITO DAS PARTES — RESILIÇÃO UNILATERAL: NATUREZA JURÍDICA .....	1171
O Contraponto da Convenção 158 da OIT .....	1173
III. RESILIÇÃO POR ATO EMPRESARIAL — DISPENSA INJUSTA .....	1174
1. Modalidades de Despedidas .....	1174
A) Classificação conforme a Motivação da Dispensa .....	1174
B) Despedidas Individuais e Coletivas .....	1175
Despedidas Coletivas: inferências constitucionais .....	1176
2. Aspectos Próprios à Despedida Injusta .....	1178
3. Limitações à Dispensa Injusta .....	1179
A) Causas Restritivas .....	1180
B) Efeitos da Dispensa Irregular .....	1183
IV. DISPENSA MOTIVADA POR FATORES TÉCNICOS, ECONÔMICOS OU FINANCEIROS .....	1186
1. Convenção 158 da OIT .....	1187
2. Dispensa Motivada <i>versus</i> Dispensa Arbitrária: outros aspectos .....	1188
V. RESILIÇÃO POR ATO OBREIRO — PEDIDO DE DEMISSÃO .....	1190
VI. RESILIÇÃO BILATERAL — DISTRATO TRABALHISTA .....	1192
PDIs/PDV's: enquadramento jurídico .....	1193
VII. O AVISO-PRÉVIO NAS RUPTURAS CONTRATUAIS .....	1193
1. Conceito e Natureza Jurídica .....	1194
2. Cabimento do Aviso-Prévio .....	1195
3. Prazos, Tipos e Efeitos .....	1196
A) Prazos do Aviso-Prévio .....	1196
B) Tipos de Aviso-Prévio .....	1197
C) Efeitos do Aviso-Prévio .....	1198
4. A Proporcionalidade do Pré-Aviso (Lei n. 12.506/2011) .....	1201

**CAPÍTULO XXX****TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO CULPOSO DO EMPREGADO: DISPENSA POR JUSTA CAUSA**

I. INTRODUÇÃO .....	1205
II. CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAÇÕES TRABALHISTAS: SISTEMAS PERTINENTES .....	1205
III. JUSTA CAUSA E FALTA GRAVE: CONCEITO E DIFERENCIAÇÃO .....	1207

IV. INFRAÇÕES OBREIRAS: CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO DE PENALIDADES .....	1209
1. Requisitos Objetivos .....	1210
2. Requisitos Subjetivos .....	1211
3. Requisitos Circunstanciais .....	1212
V. INFRAÇÕES OBREIRAS TIPIFICADAS: JUSTAS CAUSAS .....	1216
1. Infrações do Art. 482 da CLT .....	1216
2. Outras Infrações Obreiras Tipificadas .....	1225
3. Infração Obreiras em Destaque: assédio sexual e assédio moral .....	1228
VI. PUNIÇÕES TRABALHISTAS .....	1231
1. Penalidades Acolhidas .....	1231
2. Penalidades Rejeitadas .....	1234

### CAPÍTULO XXXI

#### TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO CULPOSO DO EMPREGADOR: RESCISÃO INDIRETA

I. INTRODUÇÃO .....	1237
II. INFRAÇÃO EMPRESARIAL — APROXIMAÇÕES E ESPECIFICIDADES EM FACE DA JUSTA CAUSA OBREIRA .....	1237
1. Requisitos Objetivos .....	1238
2. Requisitos Subjetivos .....	1239
3. Requisitos Circunstanciais .....	1240
III. FIGURAS DE INFRAÇÃO EMPRESARIAL .....	1242
1. Infrações do Art. 483 da CLT .....	1242
2. Infrações Empresariais em Destaque: assédio moral e assédio sexual .....	1247
A) Assédio Moral .....	1247
B) Assédio Sexual .....	1249
IV. PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À RESCISÃO INDIRETA .....	1250
1. Ação Trabalhista com Pleito de Rescisão Indireta .....	1250
2. Rescisão Indireta e Afastamento do Empregado do Trabalho .....	1251
A) Afastamento do Trabalho: possibilidade jurídica .....	1252
B) Afastamento Laborativo e Improcedência do Pedido: efeitos jurídicos .....	1253
V. SITUAÇÕES ESPECIAIS DE TÉRMINO CONTRATUAL PREVISTAS NO ART. 483 DA CLT .....	1254
1. Desempenho de Obrigações Legais Incompatíveis .....	1255
2. Morte do Empregador Constituído em Firma Individual .....	1255
VI. TÉRMINO CONTRATUAL POR CULPA RECÍPROCA DAS PARTES .....	1256
VII. RESOLUÇÃO CONTRATUAL CULPOSA E CONTRATOS DOMÉSTICOS .....	1257

### CAPÍTULO XXXII

#### ESTABILIDADE E GARANTIAS DE EMPREGO. INDENIZAÇÕES RESCISÓRIAS — FGTS

I. INTRODUÇÃO .....	1260
II. AS ANTIGAS ESTABILIDADE E INDENIZAÇÃO CELETISTAS E O REGIME DO FGTS .....	1261

1. Antigo Modelo Jurídico Celetista .....	1262
2. O FGTS e a Liberalização do Mercado de Trabalho .....	1263
3. Constituição de 1988 e Extinção do Contrato de Trabalho .....	1265
A) Universalização do FGTS e Revogação do Sistema Celetista .....	1266
B) Restrição à Dispensa Arbitrária ou Sem Justa Causa .....	1266
C) Dispensa Coletiva: graduação do poder empresarial .....	1269
III. ESTABILIDADE NO EMPREGO .....	1270
1. Estabilidade Celetista .....	1271
2. Estabilidade do Art. 19 do ADCT da Constituição de 1988 .....	1272
3. Estabilidade do Art. 41 da Constituição de 1988 .....	1273
4. Estabilidade Advinda de Ato Empresarial .....	1275
IV. GARANTIAS DE EMPREGO (ESTABILIDADES PROVISÓRIAS) .....	1276
1. Estabilidades Provisórias de Origem Constitucional .....	1278
A) Imunidade Sindical .....	1278
B) Dirigente de CIPA e Mulher Gestante .....	1279
2. Estabilidades Provisórias de Origem Legal .....	1281
V. ESTABILIDADE E GARANTIAS DE EMPREGO: CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA DISPENSA IRREGULAR .....	1283
Peculiaridade do Dirigente de CIPA .....	1286
VI. INDENIZAÇÕES POR TEMPO DE SERVIÇO OU RUPTURA CONTRATUAL .....	1287
1. Antiga Indenização Rescisória e por Tempo de Serviço .....	1288
2. Outras Indenizações Rescisórias .....	1290
A) Indenizações Rescisórias em Contratos a Termo .....	1290
B) Indenização por Dispensa Injusta no Trintídio Anterior à Data-base .....	1292
VII. FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO .....	1292
1. Características do FGTS .....	1293
A) Recolhimentos de FGTS .....	1293
B) Abrangência do FGTS .....	1294
C) Saque do FGTS e Acréscimo Rescisório .....	1295
2. O FGTS como Fundo Social com Destinação Variada .....	1298
Natureza Jurídica .....	1299

**LIVRO III  
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO**

**CAPÍTULO XXXIII  
DIREITO COLETIVO: ASPECTOS GERAIS**

I. INTRODUÇÃO .....	1303
II. DENOMINAÇÃO .....	1304
1. Denominações Arcaicas .....	1304

2. Denominações Atuais .....	1305
A) Direito Coletivo do Trabalho .....	1305
B) Direito Sindical .....	1306
C) Direito Social .....	1306
III. DEFINIÇÃO .....	1307
IV. CONTEÚDO .....	1308
V. FUNÇÃO .....	1309
1. Funções Justrabalhistas Gerais .....	1310
Extensão ao Direito Coletivo .....	1312
2. Funções Juscoletivas Específicas .....	1314
VI. CONFLITOS COLETIVOS DE TRABALHO E SUA RESOLUÇÃO .....	1315
1. Modalidades de Conflitos Coletivos .....	1316
2. Modalidades de Resolução de Conflitos Coletivos .....	1316
Uma Fórmula Controvertida: dissídio coletivo .....	1317
VII. O PROBLEMA DA AUTONOMIA DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO .....	1320

### CAPÍTULO XXXIV PRINCÍPIOS ESPECIAIS DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO .....	1323
II. PRINCÍPIOS ESPECIAIS DO DIREITO COLETIVO — TIPOLOGIA .....	1324
Tipologia de Princípios .....	1325
III. PRINCÍPIOS ASSECURATÓRIOS DA EXISTÊNCIA DO SER COLETIVO OBREIRO ..	1326
1. Princípio da Liberdade Associativa e Sindical .....	1327
A) Cláusulas de Sindicalização Forçada .....	1328
B) Práticas Antissindicais .....	1329
C) Garantias à Atuação Sindical .....	1330
2. Princípio da Autonomia Sindical .....	1332
IV. PRINCÍPIOS REGENTES DAS RELAÇÕES ENTRE OS SERES COLETIVOS TRABA- LHISTAS .....	1334
1. Princípio da Interveniência Sindical na Normatização Coletiva .....	1335
2. Princípio da Equivalência dos Contratantes Coletivos .....	1336
3. Princípio da Lealdade e Transparência na Negociação Coletiva .....	1338
V. PRINCÍPIOS REGENTES DAS RELAÇÕES ENTRE NORMAS COLETIVAS NE- GOCIADAS E NORMAS ESTATAIS .....	1339
1. Princípio da Criatividade Jurídica da Negociação Coletiva .....	1340
2. Princípio da Adequação Setorial Negociada .....	1341

**CAPÍTULO XXXV**  
**DIREITO COLETIVO E SINDICATO**

I. INTRODUÇÃO .....	1344
II. DEFINIÇÃO .....	1345
III. SISTEMAS SINDICAIS .....	1346
1. Critérios de Agregação dos Trabalhadores no Sindicato .....	1347
2. Unicidade <i>versus</i> Pluralidade. A Unidade Sindical .....	1350
A) Unicidade no Brasil: modelo tradicional .....	1351
B) A Posição da Constituição de 1988 .....	1352
C) Liberdade Sindical no Brasil: requisitos .....	1352
Garantias à Atuação Sindical .....	1352
IV. ORGANIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA ATUAL .....	1354
1. Estrutura Sindical .....	1355
A) Estrutura Externa .....	1355
Centrais Sindicais .....	1356
B) Estrutura e Funcionamento Internos .....	1357
2. Registro Sindical .....	1358
3. Funções, Prerrogativas e Receitas Sindicais .....	1359
A) Funções e Prerrogativas .....	1360
B) Receitas Sindicais .....	1362
V. GARANTIAS SINDICAIS .....	1363
1. Garantia Provisória de Emprego .....	1364
2. Inamovibilidade do Dirigente Sindical .....	1366
3. Garantias Oriundas de Normas da OIT .....	1367
VI. NATUREZA JURÍDICA DO SINDICATO .....	1368
VII. SINDICATO: RETROSPECTIVA HISTÓRICA .....	1370
1. Evolução Sindical nos Países de Capitalismo Central .....	1371
Autoritarismo e Refluxo Sindical .....	1375
2. Evolução Sindical no Brasil .....	1375
A) Período Inicial do Sindicalismo Brasileiro .....	1375
B) 1930: implantação e reprodução de modelo sindical .....	1377
Continuidade do Modelo nas Décadas Subsequentes .....	1380
C) Constituição de 1988: mudança e continuidade .....	1381
a) Avanços Democráticos .....	1381
Carta de Direitos .....	1382
b) Contradições Antidemocráticas .....	1383
D) Novo Modelo Sindical: democratização com garantias legais .....	1384
VIII: SINDICATO E DIREITO DO TRABALHO — AVALIAÇÃO .....	1385

**CAPÍTULO XXXVI**  
**NEGOCIAÇÃO COLETIVA TRABALHISTA**

I. INTRODUÇÃO .....	1387
II. IMPORTÂNCIA DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA .....	1389
1. Parâmetros dos Modelos Justrabalhistas Democráticos .....	1390
A) Normatização Autônoma e Privatística .....	1390
B) Normatização Privatística Subordinada .....	1390
2. Parâmetros do Modelo Justrabalhista Autoritário .....	1391
3. Democracia e Normatização Estatal: reflexões complementares .....	1392
III. DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS — CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVOS DE TRABALHO .....	1393
1. Convenção e Acordo Coletivos de Trabalho: definição .....	1394
2. Convenção e Acordo Coletivos de Trabalho: distinções .....	1396
IV. CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVOS DE TRABALHO — ASPECTOS CARACTERÍSTICOS .....	1396
1. CCT e ACT: normatização aplicável .....	1397
2. CCT e ACT: caracterização .....	1399
A) Legitimação .....	1400
a) Centrais sindicais .....	1400
b) Entes estatais .....	1400
B) Conteúdo .....	1401
C) Forma .....	1402
D) Vigência .....	1403
E) Duração .....	1404
F) Prorrogação, Revisão, Denúncia, Revogação, Extensão .....	1404
V. DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS — CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO ..	1405
1. Denominação: dubiedades .....	1405
2. Caracterização .....	1406
VI. DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS: EFEITOS JURÍDICOS .....	1407
1. Regras Coletivas Negociadas e Regras Estatais: hierarquia .....	1407
A) Hierarquia Normativa: teoria geral .....	1408
B) Hierarquia Normativa: especificidade justrabalhista .....	1408
Acumulação <i>Versus</i> Conglobamento .....	1410
2. Regras de Convenção e Acordo Coletivos: hierarquia .....	1412
3. Regras Negociais Coletivas e Contrato de Trabalho: relações .....	1413
VII. NEGOCIAÇÃO COLETIVA — POSSIBILIDADES E LIMITES .....	1415
VIII. DIPLOMAS COLETIVOS NEGOCIADOS: NATUREZA JURÍDICA .....	1417
1. Teorias Explicativas Tradicionais .....	1418
2. Contrato Social Normativo .....	1419

**CAPÍTULO XXXVII  
A GREVE NO DIREITO COLETIVO**

I. INTRODUÇÃO .....	1420
II. LOCAUTE .....	1421
1. Caracterização .....	1421
2. Distinções .....	1422
3. Regência Jurídica .....	1423
4. Efeitos Jurídicos .....	1425
III. O INSTITUTO DA GREVE .....	1426
1. Caracterização .....	1426
A) Caráter Coletivo do Movimento .....	1426
B) Sustação de Atividades Contratuais .....	1427
C) Exercício Coercitivo Coletivo e Direto .....	1428
D) Objetivos da Greve .....	1429
E) Enquadramento Variável de seu Prazo de Duração .....	1430
2. Distinções .....	1431
A) Figuras Próximas ou Associadas .....	1431
B) Formas de Pressão Social .....	1432
C) Condutas Ilícitas de Pressão .....	1433
3. Extensão e Limites .....	1433
A) Extensão do Direito .....	1433
B) Limitações ao Direito .....	1435
4. Requisitos .....	1437
5. Direitos e Deveres dos Grevistas .....	1437
A) Direitos dos Grevistas .....	1438
B) Deveres dos Grevistas .....	1438
6. Uma Especificidade: greve e serviço público .....	1439
Eficácia de Regra Constitucional: permanência de um debate .....	1440
a) Vertente Tradicional .....	1441
b) Vertente Moderna .....	1442
7. Greve: natureza jurídica e fundamentos .....	1445
A) Natureza Jurídica .....	1445
Outras Concepções .....	1447
B) Fundamentos .....	1449
8. Greve: retrospectiva histórico-jurídica .....	1449
9. Greve: competência judicial .....	1451

**CAPÍTULO XXXVIII**  
**ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO NO DIREITO COLETIVO**

I. INTRODUÇÃO .....	1453
II. MEIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: AUTOTUTELA, AUTOCOMPOSIÇÃO, HETEROCOMPOSIÇÃO .....	1453
1. Autotutela .....	1454
2. Autocomposição .....	1455
3. Heterocomposição .....	1455
A) Enquadramento Jurídico: controvérsias .....	1456
B) Métodos Existentes .....	1457
III. ARBITRAGEM NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO .....	1459
1. Distinções Relevantes .....	1459
2. Tipos de Arbitragem .....	1460
3. Arbitragem no Direito Individual do Trabalho .....	1462
4. Arbitragem no Direito Coletivo do Trabalho .....	1464
IV. MEDIAÇÃO NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO .....	1466
Conflitos Coletivos do Trabalho: tipos de mediação .....	1466
V. COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA .....	1467
1. Enquadramento Jurídico .....	1468
2. Dinâmica das Comissões de Conciliação Prévia .....	1468
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>1473</b>